



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **0012539-95.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **Renato Kishi**  
 Requerido: **Fenix Sport**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

A ré é revel.

Citada regularmente (fl. 44v.), ela não compareceu à audiência realizada e tampouco ofertou contestação (fl. 45), reputando-se em consequência verdadeiros os fatos articulados pelo autor na inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95).

As provas amealhadas, ademais, respaldam as alegações do autor.

Nesse sentido, os documentos que instruíram a exordial atestam a aquisição das mercadorias em apreço pelo autor, o seu respectivo pagamento e a falta da entrega pertinente por parte da ré.

Esta não demonstrou interesse algum sequer em impugnar essas provas ou tentar eximir de qualquer maneira sua culpa pelo ocorrido.

A conjugação desses elementos patenteia o ato ilícito atribuído à ré, bem como a necessidade dela ressarcir o autor pelos prejuízos daí advindos.

Nesse contexto, é de rigor a imposição da obrigação de fazer pleiteada, com a ressalva de que a cominação de pena pecuniária por



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

eventual descumprimento não se revela necessária porque nessa hipótese incumbirá à ré a devolução da soma paga.

Já no que diz respeito à indenização postulada, é indiscutível o dano moral sofrido pelo autor, seja porque a ré deliberadamente ao que consta o submeteu a constrangimento de vulto (somente isso permite compreender as sucessivas promessas de entrega dos produtos sem que tal acontecesse), seja porque o episódio lhe trouxe reflexos negativos claros perante os alunos que adiantaram os valores para a esperada compra.

Todavia, a fixação da indenização há de levar em conta os critérios usualmente considerados em situações afins, vale dizer, a condição econômica das partes e o grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado.

Fixadas essas premissas, assinalo que não há um único indício a propósito da situação econômica da ré, nada se patenteando a respeito.

De outra parte, reputa-se de vulto o aborrecimento do autor, sobretudo pelo natural desgaste que o problema lhe causou com seus alunos.

Nesse contexto, arbitro a indenização para reparação dos danos morais em R\$ 5.100,00, correspondendo a cinco vezes a quantia despendida pelo autor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré: a) ao cumprimento da obrigação e fazer consistente em entregar ao autor no prazo de cinco dias as mercadorias tratadas nos autos, sob pena de restituir ao autor a importância de R\$ 1.020,00, acrescida de correção monetária, a partir de dezembro de 2012 (época do pagamento de fl. 20), e juros de mora, contados da citação; b) a pagar ao autor a quantia de R\$ 5.100,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Transitada em julgado, intime-se a ré por via postal para cumprimento da obrigação de fazer determinada no item a do dispositivo da presente (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Caso a ré não efetue o pagamento da importância a cujo pagamento foi condenada a fazer no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 08 de outubro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**